Aumento do PL 4363-2012 corresponde ao orçamento negociado

1-Conforme informado anteriormente pelo Departamento Econômico do Sintrajud, o acordo firmado entre o Poder Judiciário Federal – PJF e o Poder Executivo, onde este reajustaria o orçamento anual em 3 parcelas anuais de 5%, correspondendo no triênio a 15,8%, poderia aumentar a remuneração relativa a primeira e segunda parcelas em percentuais maiores do que a simples divisão do percentual pelo 3 anos.

2-Isso em razão de que o PJF havia oferecido uma dotação de seu próprio orçamento de R$ 714 milhões.

3-Assim, para que fossem dirimidas quaisquer dúvidas a respeito, foram elaboradas as estimativas no sentido de se verificar se os valores das parcelas nas remunerações dos servidores realmente equivaleriam ao orçamento negociado. Para tanto foram estimados os custos de cada uma das três parcelas bem como o montante dos orçamentos anuais, que em tese estarão disponíveis para o PJF.

4-As estimativas e cálculos realizados estão nas planilhas Anexas ao presente texto, contendo as fontes de dados a metodologia utilizada dentre outras informações importantes.

5-Retomando Estudos recentemente realizados, e disponíveis no sítio www.sintrajud.org.br, as estimativas do Departamento Econômico do Sintrajud, apontam para uma folha de pessoal, entre magistrados, servidores, ativos, inativos e pensionistas, de todos os Órgãos do Poder Judiciário Federal - PJF em 2012 de R$ 23,398 bilhões.

6-Retirando dessa folha a parte relativa aos Magistrados, projetada em R$ 3,141 bilhões, temos uma folha anual para os servidores R$ 20,257 bilhões.

	Folha Total	***Folha Estimada Magistrados***	***Folha Estimada Sem Masgistrados***
PJF e JDFT	**23.398.994.656**	**3.141.584.824**	**20.257.409.832**

7-A partir desse cálculo começou-se propriamente a verificação dos custos e do orçamento disponível. O percentual de 5% corresponde a R$ 1,012 bilhão, do total da folha sem os magistrados. Assim, em 2013 para a primeira parcela, haveria essa dotação mais os R$ 714,373 milhões oferecidos pelo PJF.

8-Temos, então um orçamento de R$ 1,727 bilhão para a cobertura dos custos do PL 4363-2012.

9-Porém, o custo da primeira parcela, deverá ser ligeiramente maior, de R$ 1,853 bilhão, havendo, portanto, um déficit em 2013 de R$ 126 milhões.

Verificação 1a Parcela	
Dotação Orçamentária para Servidores em 2013 - 5% sobre 2012	1.012.870.492
Dotação Oferecia pelo STF para a Folha de 2013	714.373.861
Total disponível para a primeira parcela do PL 4363-2012	1.727.244.353
Custo da primeira parcela do PL 4363-2012	1.853.883.471
Diferença	**- 126.639.119**

10-Procedeu-se de maneira semelhante para verificar a situação em 2014, quando será aplicada a segunda parcela.

11-A dotação orçamentária deverá ser de R$ 2,076 bilhões, relativas a 10,25% sobre a folha de 2012, que juntamente com a dotação oferecida pelo PJF, corresponde a um total de R$ 2,790 bilhões.

12-O Custo da segunda parcela, conforme estimado é de R$ 2,961 bilhões. Assim, esse montante é um pouco maior, em R$ 170,7 milhões, do que o valor dotação.

Verificação 2a Parcela	
Dotação Orçamentária para Servidores em 2014 - 10,25% sobre 2012	2.076.384.508
Dotação Oferecia pelo STF para a Folha de 2014	714.373.861
Total disponível para a primeira parcela do PL 4363-2012	2.790.758.369
Custo da segunda parcela do PL 4363-2012	2.961.477.076
Diferença	**- 170.718.707**

13-A dotação em 2015, relativa a 15,8% da folha dos servidores equivale a R$ 3,200 bilhões, que acrescida a dotação oferecida deverá dar um total de R$ 3,915 bilhões.

14-O custo estimado pelo Departamento Econômico, relativo a terceira parcela é de R$ 4,029 bilhões.

15-Novamente o custo deverá ser um pouco maior do que a dotação, em tese, disponível, neste caso em R$ 114,4 milhões.

Verificação 3a Parcela	
Dotação Orçamentária para Servidores em 2015 - 15,8% sobre 2012	3.200.670.753
Dotação Oferecia pelo STF para a Folha de 2015	714.373.861
Total disponível para a primeira parcela do PL 4363-2012	3.915.044.615
Custo da terceira parcela do PL 4363-2012	4.029.513.766
Diferença	**- 114.469.151**

15-Observe-se que embora não exatamente com os mesmos dados e metodologias de cálculos, tanto as estimativas aqui realizadas, como as do Supremo Tribunal Federal – STF chegaram a conclusões praticamente idênticas.

16-O STF apurou uma diferença de R$ 135 milhões, entre o custo do aumento do PL e o orçamento que fora negociado com o Poder Executivo, na última parcela. Não temos, até o momento informações, quanto as estimativas relativas aos anos de 2013 e

2014. Valor muito próximo do déficit acima estimado da terceira parcela.

17-Dessa forma pode-se concluir a forma de parcelamento do PL 4363-2012, corresponde aos valores, que foram informados pelo STF, o que implica em percentuais maiores de reajustes na primeira e na segunda parcela, do que a simples divisão do aumento total por 3 anos.

18-As tabelas do Estudo anterior, também disponível no sítio www.sintrajud.org.br sobre o novo PL do STF, apontam para um aumento de 15% na carreira efetiva, para a primeira parcela.

19-Aumento acumulado de 24,33% na segunda parcela, e acumulado de 33% na terceira parcela.

20-Ou seja, a primeira parcela, tem um percentual maior do que a segunda parcela. A segunda parcela, maior do que a terceira.

São Paulo, 03 de setembro de 2012.

Washington Luiz Moura Lima

Coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud/SP